

**Museus e Museologia na América Latina:  
compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional  
e a valorização de estratégias inclusivas**

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, UNIRIO/MAST**

**Organização**

**Teresa Cristina Scheiner e Marcus Granato**

**Rio de Janeiro, Dezembro de 2020**

## Noções nativas de Patrimônio e Museu em Belém do Pará: entre ressonância e aderência aos bens culturais

Rosângela Marques de Britto<sup>1</sup>

### Introdução

A pesquisa “Noções nativas de Patrimônio Cultural e Ambiental Musealizado no Espaço Urbano de Belém” foi aprovada em 2016 pelo edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o contrato do projeto foi firmado em 20 de junho de 2017, para ser desenvolvido em três anos, com previsão de término em julho de 2020. Com a aprovação no edital, foram feitas aquisições de equipamentos, objetivando realizar registros audiovisuais das narrativas concernentes às noções de museu e aos patrimônios musealizados selecionados como objetos de pesquisa, que estão gerando a produção de três audiovisuais como parte do processo de divulgação científica. O objeto de pesquisa foi escolhido a partir da intenção de estudar a relação dos moradores, trabalhadores de rua e *habitués* da cidade de Belém com quatro bens patrimoniais musealizados agrupados e delimitados em três territórios de análise: Museu do Forte e Espaço Cultural Casa das Onze Janelas (Cidade Velha)<sup>2</sup>; Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (São Brás)<sup>3</sup>; e o Bosque Rodrigues Alves (Marco)<sup>4</sup>.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o fenômeno das temporalidades na memória dos lugares, desveladas pelos indivíduos e grupos sociais em suas deambulações pelas formas urbanas, sendo estas os espaços musealizados. Outro objetivo específico da pesquisa é compreender as concepções nativas sobre museus e patrimônios, a partir das narrativas dos grupos sociais urbanos belenenses, com enfoque na relação das pessoas com as Coisas em determinados cenários ou espaços/territórios “patrimonializados”<sup>5</sup> e “musealizados”<sup>6</sup> ou não. Entende-se como noção nativa, as atribuições de valores aos bens advindas dos grupos/indivíduos ou da sociedade local, na condição de público, moradores, profissionais de museus, pesquisadores, trabalhadores de rua, dentre outros.

<sup>1</sup> Arquiteta – UFPA e Artista Plástica. Mestre em Educação: Ensino Superior e Gestão Universitária pela Universidade da Amazônia –UNAMA (1998); Mestre em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, UNIRIO/ MAST (2009). Doutora em Antropologia – PPGA/IFCH/UFPA (2014). Docente e pesquisadora, UFPA. Professora, UFPA – Curso de Licenciatura e Bacharelado em Artes Visuais (ICA). E-mail: [rosangelamarquesbritto@gmail.com](mailto:rosangelamarquesbritto@gmail.com)

<sup>2</sup> Instituídos em 2002 pelo Sistema Integrado de Museus e Memoriais da Secretaria de Cultura do Pará.

<sup>3</sup> Criado em 1866 como sociedade “filomática”, denominado como Museu paraense, em 1866; em 1931, como Museu Paraense Emílio Goeldi. O Parque Zoobotânico foi criado em 1895 na gestão de Emílio Goeldi (1859-1917), nota-se que sua constituição foi lenta, finalizando em 1912, na configuração de espaço físico que ocupa um quarteirão do bairro (Sanjad, 2010).

<sup>4</sup> O Bosque Rodrigues Alves, nomeado em 2002, como Jardim Botânico da Amazônia foi criado em 1883, como Parque Municipal, em uma área de 15 hectares (Jardim Zoobotânico da Amazônia).

<sup>5</sup> Patrimonialização, como o processo de constituição do patrimônio, como resultante de intervenções e de estratégias de enquadramento dos bens culturais. A noção de patrimonialização reporta-se a compreensão do estatuto social daquilo que é transformado em patrimônio, ou seja, certas atribuições de valores (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

<sup>6</sup> Musealizado, o que sofreu ou passou pelo processo de musealização, que se aproxima da ideia de um laboratório. “A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

Em minha opinião, a noção sobre grupos sociais urbanos é fundamental para a interpretação do espaço e forma urbana arquitetônica do museu, da rua e praças/parque e bosques nos bairros estudados. Esta noção é mais bem explicitada na análise das organizações e relações sociais observadas no campo da pesquisa. Segundo Georg Simmel (2006), a relação das pessoas e suas formas de associação ou de “sociações” é o modo pelo qual os indivíduos desenvolvem-se conjuntamente, a partir de seus interesses, em direção a uma relação de unidade que em seu seio os interesses se realizam, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, dentre outros que formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 2006). A noção de grupo nas ciências sociais e humanas é vasta, e me ancorou na noção explicitada por Fichter (1973), que caracteriza o grupo social como “uma coletividade identificável, estruturada, contínua, de pessoas que desempenham papéis recíprocos, seguindo determinadas normas, interesses e valores sociais, para a consecução de objetivos comuns” (FICHTER, 1973, p. 140).

Os resultados envolveram 48 pessoas entrevistadas (público real<sup>7</sup> e potencial<sup>8</sup>) *in loco*, em situações diferenciadas, tendo como referente as práticas de sociabilidades das pessoas nestes lugares. Estas pessoas foram identificadas como interlocutores da pesquisa, tendo sido agrupadas, em suas condições de moradores, público, profissionais de museus, trabalhadores formais ou informais, dentre outros.

Algumas pessoas foram ouvidas em suas casas, e representam o grupo social de moradores, e o grupo social, observados na condição de público, encontrados após a observação participante<sup>9</sup>/flutuante<sup>10</sup> destes nos territórios delimitados da pesquisa; outro grupo social priorizado foram os trabalhadores formais ou informais, que ora foram analisados como um público potencial, estas pessoas estavam situadas na Praça Frei Caetano Brandão, no parque do MPEG ou no Bosque; 16 entrevistados para compor os vídeos, escolhidos após as pesquisas bibliográficas, documental e de campo, tendo como pressuposto de escolha serem profissionais destes museus, ou ex-funcionários e também os moradores, trabalhadores informais, visitantes/públicos que aceitaram nos conceder entrevista; e a observação participante/flutuante nos três territórios delimitados pela pesquisa, com as anotações em diários de campo, com o objetivo de interpretar os comportamentos dos visitantes nos usos dos equipamentos situados nos espaços dos museus internos e externos aos circuitos de exposição ou *in situ*.

Especificamente apresentarei a análise parcial dos dados coletados na pesquisa de campo, com dezesseis pessoas que foram entrevistadas acerca de suas noções de

---

<sup>7</sup> O “público real”, segundo Scheiner (1996), corresponde aos indivíduos que frequentam os museus habitualmente ou ocasionalmente.

<sup>8</sup> O “público potencial” é constituído por pessoas não-motivadas ou marginalizadas que não usufruem do espaço museológico (SCHEINER, 1996).

<sup>9</sup> Observação participante, na perspectiva etnográfica, vai além de um método, consiste em uma modalidade de produção intelectual que configura identidade da disciplina Antropologia (GONÇALVES, 2007). A observação participante se caracteriza por um contato prolongado no cotidiano, a partir do convívio com as formas sociais existentes naquele mundo urbano. Seguindo os passos de Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 17-35), situei-me na condição de observadora, nos atos de olhar, ouvir e escrever em diários de campo.

<sup>10</sup> A observação flutuante (*observation flottante*), segundo Colette Pétonnet (1982, p. 37-47), consiste em “não mobilizar a atenção para um objeto específico, mas a deixar flutuar, a fim de que as informações penetrem sem filtro, sem a priori, até os pontos de referência, das convergências, apareçam e em seguida chega para descobrir as regras subjacentes”. Do francês: “Elle consiste à rester en toute circonstance vacante et disponible, à ne pas mobiliser l’attention sur un objet précis, mais à la laisser flotter afin que les informations la pénéètrent sans filtre, sans a priori, jusqu’à ce que des points de repères, des convergences, apparaissent et que l’on parvienne alors à découvrir des règles sous-jacentes”.

patrimônio, tendo como referentes quatro museus, bens arquitetônicos musealizados. Esta questão pretendo apresentar no subtema: “Pesquisa em Museologia e patrimônio na América Latina e Caribe”. A análise refere-se à importância de compreendermos as atribuições de valores atribuídos aos bens musealizados pelos profissionais de museus, ex-gestores, mediador, trabalhador informal e público; sendo que duas famílias são moradoras do entorno dos museus localizados no Centro Histórico em Belém<sup>11</sup>, capital do Estado do Pará, e fragmentos de entrevistas com ex-gestores destes museus, pesquisadores, compõem a segunda parte deste capítulo, após apresentação de uma breve historicidade destes museus e os *loci* das pesquisas.

No intuito de alcançar o tema da pesquisa que versa sobre a relação dos grupos sociais locais com os bens musealizados e suas percepções sobre patrimônio e museu, compreende-se o patrimônio como ação e processo, analisando a sua dimensão polifônica e resultante de uma atribuição de valor, entre ressonância e aderência aos bens culturais observados, com a intenção de subsidiar futuramente a criação de planos museológicos visando uma ação museológica inclusiva. Compreendo que ser inclusivo é “integrar, abranger, trazer para si o que é diferente (...) tentar definir o que constitui patrimônio para cada grupo social” (SCHEINER, 2011, p. 35).

O bem cultural em estudo é resultante de processos de patrimonialização e musealização, que em relação à ação de musealização é compreendido como um processo científico que perfaz um conjunto de atividades, envolvendo o trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão e conservação), de pesquisa (documentação e catalogação) e de comunicação (exposição, educação e outros meios de difusão). Destacam-se estes processos de ação ao bem, como patrimônio cultural musealizado, camadas de naturezas diversas e plurais de atribuição de valores de vários agentes e instâncias públicas ou privadas, neste sentido considero que o patrimônio cultural musealizado é considerado como o passado/presente tangível (prédio histórico ou patrimônio histórico, ambiental e cultural, assim como, os demais bens culturais que recebam atribuições de valores de outras naturezas, e que fazem parte do tempo presente) que foi convertido em museu. Mas, destaco que o foco de análise se volta aos patrimônios históricos ou arquitetônicos que foram musealizados e que têm no seu entorno áreas verdes, como jardim, parque e bosque. Neste sentido destaca-se que nem todo o território delimitado ao estudo está musealizado, mas que passaram por processos de requalificação urbana (ver Figuras 1, 2, 3 e 4). Os museus estão aqui expostos com áreas verdes, alguns com animais (patrimônio ambiental) no seu entorno. Apresentarei estes lugares nos tópicos: As Edificações e a Feliz Lusitânia; Parque do Museu Paraense Emílio Goeldi e Bosque Rodrigues Alves.

As pesquisas acerca das especificidades do campo museológico e patrimonial dos países da América Latina vêm sendo debatidas nos encontros realizados pelo Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e o Caribe (ICOFOM LAM), ligado ao Comitê Internacional de Museologia (ICOM). Esses encontros de profissionais de museus - em especial o XXII Encontro, realizado no Brasil em 2012, que tratou do tema: “Museologia, Patrimônio, Interculturalidade: Museus Inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural” - e outros encontros, como em 2014 na Argentina - têm buscado encarar o

---

<sup>11</sup> A cidade de Belém, fundada por colonizadores portugueses em 12 de janeiro de 1616, é formada por uma porção continental, que corresponde a 34,36% da sua área total; e uma porção insular composta por 39 ilhas, que equivale a 65,64% do território municipal. A sua população é estimada em 1.446.042 habitantes (IBGE, 2016), distribuídos por 71 bairros e oito distritos administrativos, conforme a Lei Municipal nº 7.682, de 12 de janeiro de 1994.

desafio de debater as novas tendências da Museologia, em interface com a pluralidade do patrimônio desta região, que propõem uma “Museologia Inclusiva” e/ou “Participativa”, repensando a “missão dos museus na sociedade”, bem como as influências e aportes da fertilização interdisciplinar nas pesquisas e na elaboração de projetos sociotécnicos. Outra questão significativa neste debate realizado pelo Conselho Internacional de Museus, por meio do Comitê de Museologia (ICOFOM), refere-se à própria definição de *museu*, que está sendo revisitada numa perspectiva crítica e decolonial. Neste sentido as pesquisas localizadas colaboram criticamente para o debate e se fazem atuais e significativas, por advirem de determinadas questões situacionais e intersticiais referentes às práticas cotidianas das pessoas em relação aos museus nas cidades situadas na Amazônia Oriental.

Estas pesquisas nos permitem compreender, como profissionais de museus/pesquisadores, qual é o significado e os sentidos destas instituições museológicas, no cotidiano de vida e trabalho nas cidades grandes, médias e pequenas do Pará, em especial na capital Belém, que concentra o maior número de museus da região<sup>12</sup>. Esta pesquisa comunga com a noção de museu como “zona de contato” – aqui, citamos o antropólogo James Clifford (1997), ao afirmar que “as zonas de contato são constituídas de um movimento recíproco de pessoas, não só de objetos, mensagens, comércio e dinheiro” (CLIFFORD, 1997, p. 195) nos espaços pós-coloniais das cidades. Clifford apresenta a noção de “Museu como zona de contato” (*Museums as contac zones*), como o local de negociação de significados e sentidos das diferenças culturais.

O estudo em questão apresenta uma abordagem empírico-conceitual. A delimitação dos *loci* da pesquisa em determinados setores da cidade engloba espaços habitados por pessoas dos segmentos econômicos baixo, médio e alto da sociedade local. Parto da ideia de que as múltiplas leituras do ambiente urbano estão relacionadas ao deambular por espaços das ruas – a menor escala de representação da morfologia da cidade. Nesta perspectiva, a cidade será sempre uma heterogeneidade em permanente metamorfose, transformando-se em uma “cidade polifônica” (CANEVACCI, 2004), composta por uma sinfonia de múltiplas vozes do viver a cidade e na cidade. A pesquisa como um todo é de cunho qualitativo, utiliza o método da observação participante, e a aplicação do instrumental da entrevista semiestruturada. A análise dos estudos se processa por meio dos registros dos relatos de memórias individuais/pessoais ou coletivas, e por imagens (fotografia e audiovisual). O projeto de pesquisa está estruturado com base na pesquisa teórica que permeia três áreas disciplinares, a Museologia, a Antropologia e as Artes Visuais (Vídeo); e a pesquisa de campo composta pela observação participante dos bolsistas de iniciação à pesquisa e da coordenação do estudo nos *loci* predefinidos, anotações em diário de campo e a partir daí a escolha de interlocutores do estudo, dentre os *habitués* destes espaços; a partir daí agenda-se as entrevistas com os interlocutores, seguindo um roteiro, e com a equipe composta de cinegrafista e técnico de som, realiza-se o registro audiovisual. Em paralelo às ações teóricas e práticas, o pesquisador realiza a seleção dos trechos das entrevistas e a pesquisa de imagem fotográfica para compor os vídeos, que segue um pré-roteiro definido, pertinente ao objetivo e objeto da pesquisa.

<sup>12</sup> O Pará possui uma população estimada de 8.602.865 pessoas (IBGE, 2019), sendo o segundo estado em tamanho, menor que o Amazonas e possui 144 municípios. Belém, a capital do estado do Pará, situa-se na Amazônia Oriental, composta pelos Estados do Pará, Amapá e Tocantins. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a região norte tem aproximadamente 42 museus, sendo que 26 concentram-se na capital do estado. É importante destacar que dentre as 5 regiões brasileiras, o Norte está no último lugar, com 146 museus, conforme dados referentes ao Cadastro Nacional de Museus realizado pelo IBRAM, em 2010 (Museus em números/IBRAM, 2011).

## As Edificações e a Feliz Lusitânia

O objetivo específico da primeira fase do estudo na qual me deterei é delimitado pelo território da Casa e do Forte (Figura 1). Refere-se à relação dos grupos sociais com o espaço composto pela área expositiva fechada e pela área externa, concernente ao seu entorno. O propósito é observar as práticas de sociabilidade no jardim, e as percepções dos *habitués* do local em relação a esse lugar e suas noções de museu e patrimônio, como atribuição de valores individuais/pessoais ou coletivos.

**Figura 1:** Vista da “Praça da Sé” e do núcleo museológico - em destaque o Museu do Forte e o Espaço Cultural Casa das Onze Janelas



Foto: João Ramid, 2009. Arquivo: Secult-Pa.

A Praça Frei Caetano Brandão, localizada no centro histórico da cidade de Belém, é chamada pelos seus usuários mais antigos como “Largo da Sé” e pelos *habitués* trabalhadores de rua e moradores como “Praça da Sé”, situada em frente à Catedral de Belém ou Igreja da Sé, edificação religiosa que dá nome ao logradouro público. A configuração formal da volumetria da praça tem o desenho interno em canteiros circulares, de onde se desdobram as camadas de vegetação do paisagismo e os caminhos de circulação que conduzem ao ponto central da praça, onde se encontra o monumento ao Frei Caetano Brandão. Em março de 1899, o intendente<sup>13</sup> Antônio Lemos, por meio de resolução municipal, atribuiu ao Largo da Sé o nome de Praça Frei Caetano Brandão, em homenagem ao frei que foi nomeado Bispo do Pará em 1772. Este monumento foi assinado pelo artista italiano Domênico De Angelis e a modelagem da estátua executada pelo escultor Enrico Quattrini, em uma obra rica em detalhes e de rara beleza. O monumento foi inaugurado por Antônio Lemos em 15 de agosto de 1900, data comemorativa da Adesão do Pará à Independência do Brasil (BRITTO, 2009; GODINHO, 1987; SARGES, 2002).

<sup>13</sup> Terminologia empregada à época ao cargo de prefeito.

O marco visual da paisagem urbana é o antigo “Largo da Sé” (Figura 1), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1964, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, onde foi iniciado, em 1997, o projeto Feliz Lusitânia, realizado pelo Governo do Estado do Pará, na gestão do governador Almir Gabriel, por meio da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA), sob a coordenação do arquiteto Paulo Roberto Chaves Fernandes, então Secretário Estadual de Cultura. O Projeto Feliz Lusitânia teve como proposição a restauração e requalificação de edificações históricas situadas no centro histórico da cidade de Belém, abrangendo uma área de aproximadamente 25.000 m<sup>2</sup>. O Núcleo Feliz Lusitânia recebeu esta denominação em referência à gênese de formação do núcleo urbano da cidade e ao marco histórico de fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, como decorrência do processo de colonização portuguesa na Amazônia, representado por este território central da cidade. As etapas de realização do projeto foram amplamente registradas em duas publicações organizadas pela SECULT, na Série Restauro, Volume 3 intitulado “Feliz Lusitânia/Museu de Arte Sacra” (2005), e no Volume 4 intitulado “Feliz Lusitânia/Forte do Presépio- Casa das Onze Janelas- Casario da Rua Padre Champagnat” (2006).

A inauguração das edificações restauradas e posteriormente musealizadas ocorreu em dois momentos. O primeiro em 1998, com a restauração e o processo de musealização da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Palácio Episcopal, que passou a ser denominado Museu de Arte Sacra do Pará<sup>14</sup>, além de oito edificações anexas à Igreja, que compõem o casario da Rua Padre Champagnat, onde foi instalado o Museu do Círio, criado em 1986, antes sediado no subsolo da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e que desde então integrou-se ao conjunto de museus localizados no centro histórico de Belém.

A continuidade do projeto urbanístico abrange as edificações históricas nas áreas que pertenciam ao Exército Brasileiro, dentre estas o Forte do Castelo, o depósito de suprimentos e o antigo Hospital Militar do Exército, abrangendo os espaços de onde foram demolidas algumas construções sem caráter histórico. A SECULT negociou com o Ministério da Defesa a desapropriação desse território e suas edificações, que passaram para a instância do Estado do Pará, sendo posteriormente transformadas em instituições museológicas. O segundo momento de inauguração dos novos museus ocorreu em dezembro de 2002, com a abertura pública de dois novos equipamentos culturais compostos pelo Museu do Forte do Presépio ou Museu do Encontro e o Espaço Cultural Casa das Onze Janelas com os respectivos jardins do entorno. Na Figura 2 apresentamos a planta baixa que situa os bens arquitetônicos musealizados, os espaços construídos e o seu jardim nomeado de Feliz Lusitânia que integra os dois museus.

**Figura 2:** Jardim Feliz Lusitânia e os dois museus do Forte e Casa, demarcados com linhas preta e vermelha e as letras A e B

---

<sup>14</sup> Em 1998, foi criada a estrutura administrativa do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM), instalada no segundo andar da edificação que funciona o Museu de Arte Sacra, com o objetivo de gerenciar a aplicação dos métodos utilizados nos programas museológicos de salvaguarda e de comunicação e da política de gestão para os museus existentes e para os museus em vias de criação pela SECULT-PA (BRITTO, 2006, p. 379-413).



Arquivo: Livro Série Restauro (SECULT, 2006)

### Parque do Museu Paraense Emílio Goeldi e Bosque Rodrigues Alves-Jardim Botânico da Amazônia

O atual Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) foi instituído na segunda metade do séc. XIX, com a criação da Associação Filomática encabeçada por Domingos Ferreira Penna (1818-1888), para pôr em prática uma instituição museológica que evidencia as ciências naturais na Amazônia e culturas indígenas, para apresentar para a comunidade amazônica a diversidade presente nessa região, como a fauna, flora e comunidade indígenas (CRISPINO *et al.*, 2006). Observando os enalços de aplicar esta ideia na prática e a posterior consolidação do Museu trabalhada pelo pesquisador suíço Emílio Goeldi (1859-1917) quando o espaço passou pela sua administração no final de séc. XIX e início do séc. XX, na qual selecionou um território e pôs em prática sua experiência na gestão de museus de história natural (SANJAD, 2010). O Parque do MPEG (Figura 3), atualmente com uma área de 5,4 hectares, foi inaugurado em 1895 por Goeldi num terreno de uma residência pertencente a um tipo de habitação familiar usada para temporadas de repouso, característica de Belém, que associava o conforto de uma vida urbana aos elementos rurais, conhecida como “rocinha” (Figura 3), que foi construída em 1879 (Soares, 1996). A rocinha foi preservada e atualmente abriga as exposições temporárias do museu, nomeada como Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, em homenagem ao primeiro diretor do Museu Goeldi.

**Figura 3:** Imagem da “rocinha” do Parque do MPEG, detalhe de seu folder



Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/parque-zoobotanico>.

A história do Bosque se inicia em 1883, a partir da proposta do presidente da câmara municipal da época, João Diogo Clemente Malcher, para a criação de um Bosque Municipal, sendo, então, escolhido um território de pouco mais de 150 mil metros quadrados, localizado no bairro do Marco da Léguas (atual bairro do Marco), se tornando um dos principais motivos de movimentação e progresso do bairro (O Município de Belém, 1903). No entanto, por motivos não detalhados pelo Intendente Antônio Lemos, o espaço teve rápida decadência. Em 1897, primeiro ano dos trabalhos de Antônio Lemos no bosque, o espaço se encontrava em estado lastimável, o motivando a reparar o local que acredita ser importante para o lazer e saúde dos munícipes.

Antes de adentrar de fato no processo de revitalização e embelezamento do Bosque do Marco da Léguas (como era conhecido anteriormente), é preciso destacar alguns pontos sobre a influência de Antônio Lemos na cidade de Belém durante sua administração. Antônio Lemos foi Intendente da cidade de Belém no período de 1897 a 1911. Foi responsável pela grande transformação na cidade, transformando-a de um estado majoritariamente rural para o urbano, com base em elementos arquitetônicos europeus, principalmente franceses. Através de suas atividades relatadas no Relatórios Municipais, pode-se perceber que suas ações eram voltadas, em grande parte, ao embelezamento e higiene da cidade, este último tinha grande importância devido a epidemia da peste bubônica que acometia solos brasileiros, se esforçando ao máximo para que o município não detivesse o título de “sujo”. Assim, acabou apresentando vários projetos para a melhoria do município, principalmente nas partes de saneamento, praças e logradouros, sempre exigindo bastante da seção de obras do município. Em 1897, apresentou a Lei 206, de 24 de setembro, argumentando sobre o perímetro do Bosque Municipal e mandando abrir várias ruas no Marco da Léguas. Posteriormente, em 1899, se iniciam processos de limpeza, roçadura e nivelamento das ruas e travessa no entorno do Bosque. Já em 1900, começam os grandes trabalhos de embelezamento do local, com a construção de alguns elementos arquitetônicos, alterando de vez sua configuração anterior, sendo estes: grutas, cascatas, riachos e lagos (O Município de Belém, 1903).

Deve-se ressaltar que antes de sua abertura ao público, em 15 de agosto de 1903, o Bosque sediou um evento importante, o Congresso do Intendente, o qual reuniu todos

os intendentes do Estado do Pará e alguns políticos do partido republicano, para revisar o pacto constitucional paraense, sendo feita em uma clareira no interior do bosque, onde almoçaram ao ar livre.

O período da administração do intendente Antônio Lemos foi o de maior modificação e embelezamento do Bosque, pois, após sua saída do cargo, o local voltou a cair em decadência. No ano de 1997 houve a, por muito tempo considerada, última grande reforma no local, com intuito semelhante à anterior (CORRÊA, 2007). Em 2002 o Bosque ganhou o status de Jardim Botânico pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), passando a integrar a *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), rede mundial que registra jardins em vários países (CORRÊA, 2007; CARDOSO & FIGUEIREDO, 2018).

**Figura 4:** Monumento Comemorativo do Primeiro Congresso dos Intendentes Municipais Inaugurado em 15 de agosto de 1903 pelo Governador do Estado, Augusto Montenegro



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/macapuna/5378677759>. Foto: Carlos Macapuna.

Nestes dois museus, Parque do MPEG e o Bosque Rodrigues Alves, delimito como lugares de observação respectivamente o Pavilhão Ferreira Penna, que é a área de exposição e seu entorno a partir da entrada principal, onde localizam-se os fotógrafos, considerados como trabalhadores informais e nossos interlocutores no estudo de visitantes. Em relação ao Bosque, o campo da pesquisa foi prejudicado pela crise de saúde pública provocada pelo Coronavírus, que ocasionou o *lockdown* na cidade de Belém, em março de 2020.

### As questões norteadoras da pesquisa

A contextualização do problema da pesquisa tem como objeto de estudo: a compreensão dos significados e sentidos atribuídos pelos grupos sociais urbanos e o público em relação a determinados bens patrimoniais musealizados na cidade de Belém. A problematização do estudo advém de uma inquietação observada durante a pesquisa realizada entre 2012 e 2014 no Museu da Universidade Federal do Pará, quando, ao analisar os conteúdos das entrevistas realizadas com grupos de adolescentes e adultos de diferentes idades, cheguei à seguinte hipótese: A noção de museu do belenense está associada ao “lugar dos bichos”<sup>15</sup> e ao “lugar das plantas”, ou seja, a relação com a natureza, ou mesmo com uma prática sociocultural que advém de várias gerações, de que ir ao “Museu”, com “M” maiúsculo, significa ir ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) (lugar dos bichos) e ao Bosque Rodrigues Alves (lugar das plantas). Nestas veredas, escolhi como *loci* dos estudos, territórios musealizados que fossem compostos por edificações históricas (espaço fechado ou construído) e jardim (espaço aberto ou não construído, que tenha relações com a natureza, jardim ou parque).

Os museus implantados em prédios que compõem o patrimônio histórico tombado em Belém abrangem edificações dos séculos XVIII, XIX e início do XX, passaram por processos diferenciados de patrimonialização e musealização, instalados nestes lugares, no século XIX (MPEG e Bosque) e no século XXI (Forte e Casa). Mas, até que ponto os museus citados são, de fato, espaços de sociabilidades urbanas? O que significam esses patrimônios culturais musealizados nos bairros da cidade de Belém, especificamente nos museus situados no entorno do “Largo da Sé”, no Parque do MPEG e no Bosque Rodrigues Alves, para os *habitués* que praticam este entorno? Qual a ideia de patrimônio musealizado presente nestes espaços-territórios delimitados para observação, a partir das narrativas do cotidiano das ruas, de seus trabalhadores formais e informais, moradores e dos visitantes ou não destes museus?

Estes museus situados na cidade de Belém estão inseridos na categoria de Museu Tradicional, ou seja, são representados por instituições públicas, delimitadas em um espaço físico e/ou arquitetônico instituído, preparadas para receber coleções ou testemunhos materiais coletados, pesquisados, documentados e preservados, e são expostas aos diversos públicos através de ações mediadas por processos educativos ou projetos socioeducativos. Outras representações de museus configuram-se a partir da década de 1980, nas representações do Museu de Território, cuja base conceitual não é a coleção, mas o patrimônio e a dimensão do público são expandidos à sociedade. Em Belém foi criado no âmbito da educação o Ecomuseu da Amazônia em 2007, e o Ponto de Memória da Terra Firme na perspectiva de um Museu Comunitário vem funcionando desde 2003, criado com apoio do programa de Pontos de Memória ligado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e o mesmo tem apoio do MPEG, a comunidade faz parte da vizinhança do campus de pesquisa deste museu no bairro da Terra Firme.

Estas representações das diferentes formas de museus vêm se apresentando na atualidade das cidades brasileiras, ao encontro de uma estratégia crítica e experimental de atuação, que viabilizam a realização de processos de musealização e de ações sociotécnicas que impõem aos museólogos e demais profissionais de museus, o desafio de

---

<sup>15</sup> Essas expressões foram utilizadas por duas interlocutoras: a primeira, por Ocilene Paiva (Leny), 36 anos, ao relatar os seus passeios na época escolar, em que museu significava para ela o “lugar dos bichos”; e a segunda, por Terezinha Siqueira ao relatar as idas com seus filhos e netos ao Bosque Rodrigues Alves.

pesquisarem criticamente e numa perspectiva decolonial, os contextos socioculturais já instituídos no campo museológico.

Segundo Mairesse (2012), o conceito de “Museus inclusivos”<sup>16</sup> refere-se à inclusão social - como ferramenta de luta contra a exclusão social - como uma função do museu, além da dimensão de adquirir, conservar, expor e comunicar. Na verdade, o ICOM defende desde a sua criação, em 1947, as estratégias de inclusão nos museus. Quanto ao termo “museu inclusivo”, foi utilizado primeiramente nos países anglófonos e defendido, no âmbito do ICOM, por Amareswar Galla, que criou um GT sobre inclusão em museus em meados da década de 1980. Este GT foi, em 2014, consolidado fora do ICOM (mas associado ao ICOM) sob a forma de um Instituto Internacional para a Inclusão em Museus (*International Institute for the Inclusive Museum*), presidido por Galla.

Tereza Scheiner (2011, p. 28-39) no evento do ICOFOM em Buenos Aires, em 2010, abordou o conceito de museu inclusivo, que se fundamenta “numa percepção pluralista de cultura, defendendo o potencial dos museus para operar como espaços para o diálogo intercultural, através do compartilhamento com outros campos disciplinares, de ideias, olhares e experiências de vida de diferentes grupos sociais” (SCHEINER, 2011, p. 39). No âmbito da Antropologia, James Clifford (1997) propõe esta perspectiva posta pela Museologia, em atribuir ao museu a condição de operador de espaços de diálogos interculturais, ao considerar a instituição museu e suas coleções ou territórios, como uma zona de contato e de diálogo das diferenças culturais, ativa e atuante nas cidades pós-coloniais brasileiras. É a partir destas veredas teóricas do intercruzamento de campos disciplinares da Museologia e Antropologia, que visio interpretar a dimensão de Museus inclusivos, ao buscar constituir a construção de uma Museologia crítica e experimental.

A perspectiva crítica alia-se às dimensões postas por Walter Mignolo, a “opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 290), prega a atitude a favor da opção decolonial como de uma “desobediência epistêmica”, no sentido de “aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo”, pois os nossos cérebros têm sido programados pela razão imperial/colonial, numa perspectiva eurocêntrica. Segundo Mignolo (2008), o “eurocentrismo não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentado no grego e no latim e nas seis línguas europeias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/colonidade” (MIGNOLO, 2008, p. 301).

Neste sentido, Mignolo e os participantes do grupo Colonialidade/Modernidade estudam a colonialidade em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013). Esta expressão foi cunhada pelo coletivo constituído no final dos anos 1990, Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

Alio-me aos empreendimentos acadêmicos advindos da compreensão dos museus como processos sociais a partir da década de 70 do século XX referente a constituição de uma Museologia experimental, atualizado por Bruno Brulon Soares ao informar que ela

---

<sup>16</sup> O conceito de Museu Inclusivo compreendido no âmbito do campo museal é relativamente recente na sua utilização nos países anglo-saxões; em contrapartida é bem mais antigo nos países francófonos ou latinos.

seja entendida como um método empírico para o desenvolvimento de experiências museais baseadas na experimentação social. Ela decorre de uma teoria reflexiva, ou metamuseologia, voltada para a investigação de todos os atores envolvidos no processo social da musealização, e logo comprometida com um posicionamento crítico sobre a produção de valores museais, ou musealidade (SOARES, 2020).

E em busca da compreensão destas diferenças culturais aferidas pelos grupos sociais ao patrimônio cultural musealizado, enquanto discurso do cotidiano, que as pesquisas realizadas por mim vêm sendo elaboradas. No intuito de alcançar o desafio posto a “aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo” (MIGNOLO, 2008) do que representa a instituição museu para os grupos sociais de Belém, em três *loci* estudados. É nestas veredas teórico-conceituais que realizo a pesquisa teórico/aplicada em Museologia, em diálogo com a Antropologia, no intuito de compreender as noções nativas de museus e patrimônios, conforme são representadas na Região Norte do Brasil, em especial na cidade de Belém. A pesquisa visa contribuir social, técnica e tecnologicamente para os complexos processos de gestão museológica que envolvam estratégias de compartilhamento das ações museológicas e também dar apoio à criação dessas instituições de memória pelos próprios detentores de seus patrimônios, como forma de reforço e de manutenção de suas tradições e identidades culturais.

Neste sentido, esta pesquisa privilegia a interpretação das memórias dos indivíduos e/ou grupos em relação aos espaços-territórios delimitados para a observação empírica no município de Belém. A percepção do passado tangível da cidade pode ser reconstruída pelos diferentes modos de conhecer o passado, conforme indica David Lowenthal (1998), pela via dos atos de interligação dos estudos da memória, da história e dos fragmentos, que significam resíduos de processos sociais e culturais compostos por artefatos feitos pelo homem e o meio natural. Estes saberes e fazeres muitas vezes se interpõem ou se misturam. A memória, sendo uma faculdade presente desde a origem da espécie humana, permite uma reconstrução inevitável dos modos de conhecer o passado. A história, por sua vez, é contingente e empiricamente verificável. Já os fragmentos são os artefatos que atestam o passado – e podem ser trabalhados sob a forma de metáforas da história e da memória. Ademais, “[a] compreensão do passado requer alguma consciência da localização temporal de pessoas e coisas” (LOWENTHAL, 1998, p. 125).

Buscando conhecer a relação das pessoas com as coisas como conjunto de representações do passado tangível/intangível presentificado no cotidiano das pessoas em suas práticas de sociabilidade nos museus predeterminados para pesquisa, busquei definir dois eixos temáticos que atravessam o estudo que envolve as memórias (individual, social e coletiva) e histórias acerca desses indivíduos/grupos sociais.

### **Entre ressonâncias e aderências: a percepção dos nativos sobre o Patrimônio<sup>17</sup>**

---

<sup>17</sup> A origem do termo advém do direito romano, “*patrimonium*” inicialmente como “*pater*”, posteriormente legado ao Direito. O termo é apropriado pela Museologia, supera a noção de Monumento, forma apresentada durante a Revolução Francesa (LIMA; COSTA, 2007). Destacam-se os estudos do ICOFOM em relação aos termos e conceitos da Museologia, coordenados por André Desvallées. No Brasil a pesquisa avançou a partir dos estudos realizados por Diana Farjalla Correia Lima e Teresa Scheiner na UNIRIO a partir de 2005, com o projeto Termos e Conceitos da Museologia, vinculado aos Cursos de graduação em Museologia e Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

As relações ou interações socioculturais de indivíduos/grupos com os patrimônios musealizados no espaço urbano belenense constituem um tema instigante, porque museu e patrimônio cultural são formas determinadas de representação do Outro na cidade. Conforme reitera Gonçalves (2007), os objetos materiais classificados como patrimônio cultural por determinado grupo desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando-lhe a continuidade no tempo e integridade no espaço. Nesta compreensão, e considerando o patrimônio cultural como categoria de pensamento ou gênero discursivo, conforme Gonçalves (2002, 2007), o que caracteriza cada conjunto como patrimônio é a sua apropriação ou não pelos indivíduos ou grupos sociais, a partir dos valores internos assinalados em seus processos de mediações culturais e sociais no mundo vivido, voltados à temática dos usos e experiências desses indivíduos/grupos no ambiente urbano, diante de suas categorias temporais, espaciais e de memória. Ademais, deve-se destacar que o processo de valoração é possibilitado pela dimensão interna ou subjetiva, mas também pelo processo objetivo.

Em geral, o patrimônio é caracterizado por uma atividade anterior de um grupo social, no sentido do colecionamento de algo que tenha um efeito de demarcar diferenças desse grupo em relação a outro. No entanto, é sempre necessário notar que as concepções de patrimônio de nativos e observadores podem ser diferentes, considerando as diversas dimensões semânticas que essa categoria pode assumir. Um exemplo dado pelo próprio autor refere-se a atores sociais envolvidos nas festas do Divino Espírito Santo:

Do ponto de vista dos devotos, a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos [...] são, de certo modo, manifestações do próprio espírito santo. Do ponto de vista dos padres, são apenas símbolos [...]. Do ponto de vista dos intelectuais, são apenas representações materiais de uma identidade e de uma memória étnicas. Desse ponto de vista, as estruturas materiais que poderíamos classificar como patrimônio são primeiramente boas para identificar (GONÇALVES, 2007, p. 112-113).

Neste sentido exposto pelo autor, em seus estudos sobre a festividade do Divino Espírito Santo, ele sugere “não naturalizar essa categoria e impor àquele conjunto um significado peculiar e estranho ao chamado ponto de vista do nativo” (GONÇALVES, 2007, p. 113). A ressonância como categoria analítica da noção de patrimônio associada à materialidade e subjetividade, são expressas por Gonçalves (2007), ao informar que “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto ao seu público” (GONÇALVES, 2007, p. 215). E a noção que o autor emprega de ressonância é a do historiador Stephen Greenblatt, que diz:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais, ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLATT *apud* GONÇALVES, 2007, p. 215).

A dimensão da aderência é parte de uma proposta matricial de avaliação social da noção de patrimônio como maneira de medir o grau maior ou menor de relevância de um determinado bem cultural como aferição de valor-coisa, conforme exposto por Luiz Borges

e Márcio Campos no artigo “Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência” (2012). Em seus termos:

A afirmação de que patrimônio não se define como coisa, nem como propriedade ou herança (patrimônio instituído ou formalizado), mas como valor (patrimônio instituinte ou constitutivo), e que valor significa, precipuamente, a relação com uma dada formação histórica e cultural, implica que não basta um ato legal ou uma decisão de um segmento social para que, efetivamente, um bem cultural seja amplamente reconhecido como patrimônio. Daí a importância de se verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para uma dada comunidade, e isso implica saber o quanto e o quê esse objeto evoca, somado ao quanto e o quê ele representa para essa comunidade. Assim, um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio (como expressão cultural simultaneamente instituinte e instituída) quando estiver investido de um alto grau de ressonância e de um grau elevado de aderência (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 119).

Na pesquisa em andamento, privilegio o ponto de vista do nativo, e a compreensão do patrimônio na sua dimensão polifônica, bem como as modalidades de valores entre ressonância e aderência. Neste viés destaco fragmentos das entrevistas com dois moradores para pontuar estas análises nas considerações finais.

No roteiro de conversação, indago acerca da relação desses moradores com o bairro e os museus, em especial, se frequentavam os museus e se tinham alguma memória/história significativa relacionada ao espaço, dentre outras questões que surgiram durante os diálogos.

A primeira família é composta por um casal que reside no bairro há dois anos: Lorena Lins, de 37 anos, e seu marido Abel Lins, ambos turismólogos, e sua filha de 14 anos. A conversa com esta família foi realizada em um local escolhido por eles: no caso, sentamos em um banco situado no jardim do entorno do Museu do Forte do Presépio, no dia 6 de fevereiro de 2019. Deste encontro, destacamos alguns tópicos acerca da percepção do casal sobre a relação dos moradores com o território do bairro, com os museus e as suas práticas de sociabilidades naquele local.

Lorena:

Moro na Cidade Velha há apenas dois anos, mas tenho uma relação com a Cidade Velha desde criança [...] eu tinha sonho de morar aqui desde a primeira vez que eu vim aqui nesse Forte, quando eu tinha uns sete ou oito anos; então a minha relação com esse território é uma relação de afeto. Eu moro na Cidade Velha por opção. E hoje, eu e Abel e a nossa filha; a gente mora por opção na Cidade Velha [...]

Uma coisa que, pra nós, só a Cidade Velha tem em Belém é que a gente consegue ter uma relação com a natureza. A gente tem uma janela para o rio muito bacana, que eu vejo que é o que diferencia de outras capitais (ter essa relação com o rio, que acaba sendo com o mar pra muita gente, mas pra nós é o rio) e a gente tem essa relação com os espaços de museus, no entorno da praça da Catedral da Sé e o que é legal é que a gente consegue ao mesmo tempo ter esse contato com a natureza [...]

Então, a gente vem pra cá pra relaxar, pra conversar, mas ao mesmo tempo a gente esses territórios de conhecimentos para nós [...]. Muito legal! Poder ter a oportunidade de ter um museu como a Casa das Onze Janelas, o Forte, a Igreja de Santo Alexandre aqui atrás e a própria Catedral, que ao mesmo tempo em que é uma igreja não deixa de ser um espaço histórico (a gente pode saber um pouco mais da nossa cidade). Então, pra nós, pra mim, eu estou muito feliz de morar na Cidade Velha. Assim, eu posso dizer que a despeito de ser um espaço reduzido, com dificuldades de tráfego (porque as ruas são estreitas) [...]. Eu me senti muito acolhida aqui [...] e a gente tem amigos que têm muito mais tempo na Cidade Velha do que eu tenho de vida, mas a gente foi muito acolhido aqui e é muito interessante.

Abel:

Eu sou Abel Lins, eu sou nascido no rio Parauau, no estreito de Breves, e a minha relação com a cidade era com a Cidade Velha; então quando a gente vinha da beira do rio, pra tratamento ou pra alguma atividade, a gente vinha pra Cidade Velha. E aí quando eu vim morar definitivamente em Belém, aos dez anos de idade, eu não vim morar na Cidade Velha; e aí isso pra mim foi uma frustração muito grande, tá, e eu vim recentemente morar na Cidade Velha por opção. Mas eu sempre frequentei a Cidade Velha porque faz parte da minha família, que é uma família antiga da Cidade Velha (muito grande); as minhas relações sempre foram na Cidade Velha e quando eu tive a oportunidade de vir morar pra cá eu não hesitei [...]

E as relações dos moradores da Cidade Velha é uma relação que a maioria das pessoas aqui tem parentes antigos, vivos ou mortos, e que as casas são este elo de ligação. Então existe, depois da saída de vários representantes da dimensão governamental. Então saíram muitos palácios, palácios de governo, palácios de administração pública, e entraram outras dimensões, principalmente dimensão de comércio, dimensões de transporte mais oficializado, e [...] algumas famílias tiveram entendimento de terem perdido a relação e, mesmo tendo imóveis aqui, saíram da Cidade Velha, e algumas que ainda têm imóveis aqui moram na Cidade Velha na esperança de poder vender ou na esperança de terem dinheiro pra comprar fora e até alugar aqui. Então, eu vejo que nós estamos no meio de uma discussão: existem, por exemplo, muitos imóveis abandonados; pessoas que abandonaram seus imóveis aqui e foram morar em outros lugares, normalmente mais perto de seus locais de trabalho; e essas pessoas às vezes não se sentem “da Cidade Velha”, tá? [...] E se a Cidade Velha é, em si, [...] transformada em museu; transformada até em atrativo e até produto, quem sabe produto turístico, possa fazer com que essas pessoas tenham entendimento mais complexo, pra que elas não se sintam “ex-Cidade Velha”, como se a gente pudesse deixar de ser aquilo que um dia a gente foi.

Em seus relatos, o casal destaca suas relações de pertencimento ou mesmo de aderência ao local, desde a infância até os momentos atuais, e a certeza de escolha do local certo para morar e criar sua filha, destacando a sua acolhida no bairro por outros moradores mais antigos. Ambos reiteram em suas narrativas o significado histórico e patrimonial das edificações do seu entorno de moradia, também local de grande potencial

turístico. Há um destaque neste sentido, o alto grau de ressonância destes bens culturais no casal entrevistado. Mas, Lorena, ao falar sobre sua frequência ou não ao espaço, nos informa que vem duas vezes por semana ao local e seu lugar de preferência é sentar e apreciar a vista para o rio, pela possibilidade de interação dela e da filha com a natureza e a movimentação dos barcos e seus sons dos motores, dentre outros atrativos da paisagem; assim como no período de proliferação do jameiro situado na parte de trás da Casa das Onze Janelas, próximo do anfiteatro, que é um dos passeios prediletos das duas, quando podem colher jambos da árvore e comer na mesma hora. Neste sentido, ela destaca e reflete sobre o afastamento de alguns vizinhos do território musealizado. Em suas palavras:

Eu escuto relatos de muitos amigos que já moraram na Cidade Velha há muito tempo, que chegam pra gente e dizem assim: “Eu criei minhas filhas e o quintal delas era o Forte do Castelo” [...], muito antes de ter essa reforma maior – a própria Casa das Onze Janelas. Então, a gente tinha uma relação mais próxima: “Ela era meu quintal”, [...] “Ali, o Santo Alexandre era aonde a gente [...] era o Arcebispado, né?” [...] então era uma relação mesmo de quintal da minha casa. De chegar aqui e de eu saber que eu vinha pra essa beira de rio, que ainda não tinha essa estrutura toda que hoje tem [...]. A partir da reforma, e aí quando esses locais deixam de ser o quintal, como eu já ouvi de alguns moradores: “A gente vinha pra cá pra praça na frente da igreja e as crianças estavam pulando amarelinha, brincando dessas brincadeiras de roda”. Eu ainda tive oportunidade de brincar, apesar de a minha filha ter quatorze anos e eu ainda levar isso em casa eu já noto que não é mais tão corriqueiro, hoje em dia esses adolescentes é mais a questão dos aparelhos digitais [...]

Eu observo que talvez seja um ponto que a gente não consegue falar, porque não consegue entender que isso aqui deixou de ser meu quintal pra ser um museu, e aí de repente como é que transformam meu quintal, uma coisa que eu tenho, de pertencimento, é o meu quintal, é o meu espaço, como é que eu transformo isso? Como é que isso de repente vira um museu? Que significados tem pra mim? [...]

A gente conhece, por exemplo, vários amigos que a partir do momento que o museu foi (que o Forte virou museu, é, enfim, que houve uma iniciativa do Estado em preservar, o espaço, pra que as gerações acompanhem) nunca visitaram o museu. E talvez essas dimensões todas que a Cidade Velha tem, que a Cidade Velha já foi o centro, quer dizer, ainda é um centro político porque hoje tem a Assembleia e a Prefeitura aqui atrás, a gente tem também o Tribunal de Justiça, e tem os Ministérios Públicos, de uma maneira geral, então a gente ainda tem nesse território essa relação. E é engraçado como, talvez as pessoas não tenham ainda essa percepção das diversas faces da Cidade Velha; a gente é institucional, é político, é habitacional, é comercial, talvez isso de alguma forma sugere um [...] não sei se uma confusão de entendimento e, mas talvez não estejam preparados.

Destaco nesta fala a inexistência ou perda dessa relação de pertencimento de alguns moradores ou ex-moradores do lugar, por terem perdido os espaços que até então

eram “âncoras de suas memórias”, a transformação da paisagem do bairro pelas obras de requalificação urbana e os processos de musealização das edificações históricas, e mesmo a relação muito rarefeita entre as instituições museológicas e as pessoas de seus entornos, em especial com moradores. O tema não apresenta em alguns moradores nenhuma ressonância e nem aderência aos bens musealizados. Neste sentido, destaco a conversa realizada dia 19 de dezembro de 2018, em uma residência que tem uma vista privilegiada dos museus. Neste encontro estavam presentes Zoraide, senhora idosa que mora com duas filhas adultas – sendo que, naquele momento, estava presente a filha Alice, de aproximadamente 53 anos. Em suas palavras:

Eu ainda lembro muito bem, da única vez que eu entrei [no Forte do Presépio] eu ainda fiquei chateada, porque meu filho era menor [...]. o meu filho mais novo, ele era pequeno ainda [...] e ele passeava muito ali. Eu gostei porque eu sentava e ficava olhando o rio e isso era lindo; mas pra lá [para dentro do Museu do Encontro] eu queria ver e aí não deixaram eu entrar com a sacolinha dele, que tinha o pipo, a mamadeirinha de água, a fraldinha [...]

E: Então, na verdade, quando virou museu você se afastou?

Completamente. Vou te falar, me afastei mesmo. Aí eu só curto mais essa parte aqui do rio, entendeu? [...] Eu já entrei também aqui nessa parte onde era a Casa das Onze Janelas, já vi as exposições e tudo, mas [...] pra lá [para o Forte do Presépio] só uma vez [...]

O meu pai trabalhou aí, enquanto era militar; um dia vieram fazer uma entrevista com ele e lhe perguntaram o que ele achava das Onze Janelas, ao que ele respondeu: “Olhe, eu trabalhei aí durante anos e nunca parei pra contar quantas janelas tinham!” [risos]. Mas, também, já houve um outro episódio que entristeceu meu pai depois que isso virou museu; foi quando o proibiram de entrar aí.

Alice relata momentos extremamente negativos ocorridos em contato com o Museu do Forte e o seu pai, já falecido, quando o proibiram de entrar no espaço em uma determinada hora, para caminhar. Ela finaliza sua fala refletindo acerca da ausência desta relação de proximidade entre moradores e a instituição: “Eu acho que as pessoas responsáveis pelo museu deveriam dar mais importância pra nós, os moradores deste espaço; e os moradores também devem valorizar mais esse lugar” (Alice, em 19/12/18). Destaca-se na fala da interlocutora o alto grau de aderência e ressonância dos museus em seu cotidiano, entretanto destacam-se nesta fala as memórias traumáticas e a pouca atenção da instituição museu aos moradores de seu entorno.

Neste sentido, a fim de que eu pudesse compreender um pouco mais a percepção do casal Abel e Lorena sobre a instituição museu em suas práticas culturais, eles me responderam:

Abel: Meu sonho era conhecer o Museu Goeldi e quando prédios antigos da Cidade Velha se tornaram museus eu trouxe esse encantamento para eles.

Lorena: Eu acho que quando a gente visita museus a gente consegue perceber como era difícil a vida das pessoas que viveram antes da gente

e também é possível perceber que muito do que elas faziam a gente também faz. O velho não é velho e o novo não é novo!

As administrações dos museus que integram este núcleo museológico, através de seu setor educativo, ligado ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM), que gerencia o agendamento das visitas educativas aos museus, nos informaram sobre uma extensa demanda por parte de grupos de escolas públicas e particulares, bem como de outras instituições; mas esclareceram que atualmente não têm projetos específicos para atender aos moradores do bairro. Esses profissionais nos pareceram mais preocupados em atender à visita de quem não mora na Cidade Velha – e isso ocorre também com outros atrativos deste bairro, que, por ser também o Centro Histórico de Belém, recebe muitas programações turísticas, cujos responsáveis pouco se importam com os verdadeiros moradores do lugar. Até mesmo realizam eventos, como o Carnaval, que causam muitos transtornos a estes moradores - como o som alto, o uso das ruas como banheiro público, dentre outros; e, ainda assim, ocorrem todos os anos, para diversão de quem mora em outros bairros.

### **Entrevistados e a noção de Museu e Patrimônio**

A compreensão diacrônica das tramas das formas de vida engendradas pelos atores sociais em determinados cenários urbanos, no caso os museus, são fundamentais nesta pesquisa museológica. Estes cenários móveis representam o palco dos fatos ou situações vividas no meio urbano, associados a uma perspectiva sincrônica de uma sequência de cenas ou acontecimentos sociais, que são tecidos pela rede de recordações ou lembranças das pessoas/interlocutores escolhidos para o estudo a partir de suas práticas de sociabilidades nestes “lugares de memórias”, conforme exposto por Pierre Nora (1993). Apresentarei fragmentos de conversas com pesquisadores, profissionais de museus e artistas acerca do que compreendem ser a instituição museu para eles, assim como, a qual lugar na cidade de Belém estes entrevistados se reportam, ao narrar suas experiências e memórias:

- É algo que está em nós (Heldilene Reali<sup>18</sup>).
- Museu como zona de silêncio [...] museu é uma ideia [...] uma forma de pensar a realidade e o mundo; pensar a própria vida, dimensão do passado [...] Rede de relações humanas (Armando Sobral<sup>19</sup>).
- Museu é memória, não é empilhamento (Paulo Chaves<sup>20</sup>).
- Minha Geração, ideia de museu é o Goeldi (Armando Queiroz<sup>21</sup>).
- MPEG- sonho de consumo desde criança (Abel Lins<sup>22</sup>).

<sup>18</sup> Artista Visual, doutora em Artes pela UFMG, ex-diretora do Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, entrevista realizada em 15/02/2020.

<sup>19</sup> Artista Visual, mestre em Artes pela UFPA, atual diretor do Sistema de Museus do Estado do Pará, entrevista realizada em 20/02/2020.

<sup>20</sup> Arquiteto restaurador, professor aposentado da UFPA, exerceu cargo de secretário de Cultura do estado do Pará por mais de 10 anos, entrevista realizada dia 15/02/19.

<sup>21</sup> Artista Visual, doutor em Artes visuais pela UFMG, ex-diretor do Espaço Cultural Casa das Onze Janelas, entrevista realizada em 31/10/2018.

<sup>22</sup> Turismólogo, morador da Cidade Velha, entrevista realizada em 06/02/2019.

- [...] quando eu era solteira e depois casada, levava eles (filhos) ao Bosque e ao museu [...]. No Bosque fazíamos piquenique. (Zoraide Dutra<sup>23</sup>).
- Raízes históricas desta percepção de museu associada à ideia de parque zoológico, iniciada no fim do século XIX (Nelson Sanjad<sup>24</sup>).
- Museu já é aqui em casa (Alice e Andrea Dutra<sup>25</sup>).

Os fragmentos de narrativas expressas dos interlocutores, que têm em comum a formação superior, alguns deles já exerceram ou exercem cargos de gestão nos museus estudados e também têm relação de autoria com o projeto de requalificação urbana do “Feliz Lusitânia”, outros são pesquisadores e alguns são moradores do entorno do núcleo museológico “Feliz Lusitânia”. O roteiro semiestruturado de entrevista foi composto de três perguntas, sendo uma delas comum a todo(a)s: A percepção do entrevistado(a) em relação a noção ou representação de museu e de patrimônio do belenense, ou mesmo, se ele associa isso a algum momento ou acontecimento de sua vida. As narrativas sinteticamente expostas vão do nível extremamente subjetivo associando a ideia de um colecionamento de si ou mesmo de silêncio ou de esquecimento, de suas recordações e personalidades ou de relações do humano com o mundo; à questão da memória individual/social e sua dimensão coletiva; aos acontecimentos relacionados às práticas de sociabilidade voltadas ao lazer em família, destacando-se as origens socioculturais impregnadas pelos lugares que potencializam o contato destas pessoas com a natureza e os animais. Há, também, uma referência geracional da representação de museu aferida pelos interlocutores, sendo que dois reportam-se às suas gerações, nos casos destacados, entre 1940 e 1960, pois para os dois interlocutores respectivamente a noção de museu se associa a recordação de fazer piquenique no Bosque, uma atividade de lazer familiar; ao outro interlocutor a ideia de ir ao museu, é “ir ao Goeldi”.

### Considerações Finais

Para o alcance desse entrelaçamento teórico-empírico no entremeio das concepções de museu, como “fato museológico” que, segundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri (1989, p. 59-78), representa a abordagem do saber museológico em interação com a realidade social, representada pela instituição museu, o “cenário museológico”- e como espaço de produção de significações e sentidos, buscou-se analisar a dimensão do patrimônio como atribuição de valor de cinco moradores do entorno de dois museus na Cidade Velha, assim como, de outros cinco interlocutores entrevistados. Para tal, analisou-se o conteúdo das entrevistas de alguns interlocutores em relação à ressonância ou não destes bens culturais musealizados em seus cotidianos; e noutra escala de valor, o grau de maior ou menor relevância apontado pela aderência ou não. Em contraponto, observa-se que as estratégias de preservação e extroversão do patrimônio histórico musealizado (Museu do Forte e Espaço Cultural da Casa das Onze Janelas), estão referenciadas por uma “narrativa voltada ao monumental” (Gonçalves, 2007) em que a relação destes museus com a realidade cotidiana do bairro e de seus moradores é bastante restrita.

<sup>23</sup> Dona de casa, aposentada, moradora da Cidade Velha, entrevista realizada em 17/02/19.

<sup>24</sup> Pesquisador do MPEG, doutor em História da Ciência pela Fundação Oswaldo Cruz, entrevista realizada em 03/02/2020.

<sup>25</sup> Graduadas em Enfermagem e Direito, são irmãs e moradoras na Cidade Velha entrevista realizada em 17/02/19.

A categoria “patrimônio cultural” foi interpretada como um conceito polissêmico, como pensamento ou gênero discursivo (GONÇALVES, 2002, 2007) e as interpretações das narrativas dos interlocutores foram baseadas no conjunto dos elementos que cada indivíduo compreendeu como pertencente à sua esfera afetiva e pessoal, relativas aos seus laços de pertença a determinados lugares. Neste sentido, a noção de “patrimônio é uma dimensão da memória” (CANDAUI, 2012, p. 16), considerando que o registro memorial se processa por um repertório aberto e flexível a diferentes meios, sejam eles as representações, os saberes, as heranças, as crenças e outros, conforme exposto nos fragmentos de relatos de dez entrevistados.

Nas entrevistas apresentadas identificamos graus diferenciados de ressonância destes bens na percepção de seus moradores e a aderência aos bens culturais, destacando a dimensão do que estes bens representam como “valor-coisa” (BORGES; CAMPOS, 2012). Ademais, nesta análise do patrimônio como valor, se faz necessário compreender a relação simbólico-afetiva entre um determinado grupo social urbano e os bens culturais.

Uma família nos relatou alguns acontecimentos que impactaram de maneira extremamente negativa suas possíveis relações com os museus, a ponto de preferirem apreciar estes espaços da janela de sua residência, apenas como uma paisagem distante. Ou seja, os processos de requalificação urbana e musealização das edificações históricas afastaram totalmente os membros desta célula familiar, que deixam de usufruir aqueles espaços, seja para diversão ou lazer familiar, ou mesmo para visita aos museus. Percebe-se um alto grau de evocação destes bens patrimoniais musealizados na história e memória familiar, encontrando ressonância com essas pessoas e muita aderência ao bairro e sua casa. Já a outra família demonstrou outra relação com os museus e com o seu entorno, apresentando momentos vivenciados no lugar, várias visitas aos museus e suas programações e, em especial, o forte vínculo do casal e de sua filha com a natureza, com o rio e a vegetação, além dos momentos de apreciar e contemplar a paisagem. Este casal também apresenta em suas falas a ressonância destes bens no seu cotidiano, sendo que eles frequentam o espaço musealizado, não apresentam repulsas ou barreiras em seus usos diários.

Nestas posições ou percepções acerca da gestão destes museus, notamos que estas instituições não atuam de maneira inclusiva, ou mesmo na dimensão de museus inclusivos, conforme exposto teoricamente no tópico acima. A observação de suas práticas museológicas, ou seja, a mediação - ou mesmo as ações socioeducativas e expositivas - não visam cativar o público potencial presente em seu entorno, como os moradores.

A instituição museu está baseada em parâmetros eurocêntricos, por isso um dos desafios epistemológicos para nós, pesquisadores da Amazônia Paraense, é “aprender a desaprender” (MIGNOLO, 2008) e buscar a cada passo das pesquisas em Museologia “aprender a reaprender” (MIGNOLO, 2008), a observar e compreender as relações dos públicos/sociedade/ grupos sociais com os museus na cidade, no intuito de reconstruir ou mesmo instituir um diálogo intercultural e ressignificando o museu inclusivo.

## Referências

BALLESTRIN, L. Para transcender a colonialidade. Autores da entrevista: Luciana Gallas e Ricardo Machado. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, N° 431, ano XIII. 4. Nov. 2013, pp. 40-41. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao431.pdf>. Consultado em: 23 março 2019.

BELLAIGUE, Mathilde. O desafio museológico. In: Apostila de Estudos da disciplina Museologia 01. (pp. 1-71, 1992). RJ, UNIRIO/CCH, Escola de Museologia. Tradução T. Scheiner.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Márcio D. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, T. et al. (Eds.). **Termos e Conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. Documentos do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM. Rio de Janeiro: ICOFOM LAM; UNIRIO; MAST, 2012, p. 112-123.

BRITTO, Rosangela M. de. A Invenção do Patrimônio Histórico Musealizado no Bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins – PPG-PMUS, 2009.

BRITTO, Rosangela M. de. Os usos do espaço urbano das ruas e do patrimônio cultural musealizado na “esquina” da “José Malcher” com a “Generalíssimo”: itinerários de uma antropóloga com uma rede de interlocutores no Bairro de Nazaré (Belém-PA). Tese (Doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

BRITTO, Rosangela M. de. Programa Museológico: Museu do Forte do Presépio, Museu do Círio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas. In: **Feliz Lusitânia: Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat**. Série Restaura, v. 4 (pp. 379-413). Belém: SECULT, 2006.

CANDAU, J. (2012). *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto.

CANEVACCI, M. (2004). **Cidade polifônica: ensaio sobre Antropologia da Comunicação Urbana**. São Paulo: Studio Nobel.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998. P. 17-35.

CARDOSO, S. L. C.; FIGUEIREDO, Silvio L. Jardins botânicos: Preservação, práticas sociais, gestão e turismo no ambiente urbano. **Anais do Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, sustentabilidade e desenvolvimento: crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia**. Trabalhos apresentados. Organizadores: Silvio Lima Figueiredo, Nirvia Ravena. Belém: NAEA, 2018. P. 50-53.

CLIFFORD, James. **Routes: travel and translation in the twentieth century**. Harvard: Harvard University Press, 1997.

CORRÊA, H. V. *A representação social de áreas verdes em cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia*. Dissertação (Mestrado). 141 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém, 2007.

CRISPINO, L. C. B.; BASTOS, V. B.; TOLEDO, P. M. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi: Aspectos Históricos e Iconográficos (1860-1921)**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: ICOMBR, 2013.

ICOM, Pinacote, Secretaria de Estado de São Paulo.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.). **Dictionnaire encyclopédique de muséologie**. Paris: Arman Colin, 2011.

FICHTER, Joseph H. **Sociologia**. 3. reimp. São Paulo: EPU, 1973.

GODINHO, S. O monumento a D. Frei Caetano Brandão. **Cadernos de Cultura**, Estudos 8. Belém: SEMEC, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da Perda**: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P. 139-157.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P. 107-116.

GONÇALVES, José Reginaldo S. (2007). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P. 212-234.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ (2014). **Decreto nº 1.434, de 13 de dezembro de 2014**. Regimento Interno da Secretaria Executiva de Estado da Cultura. Belém: Diário Oficial do Estado.

GUARNIERI, Waldisa Russio C. Cultura, Patrimônio, Preservação. In: **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. ARANTES, Antonio A. et Al (orgs.) São Paulo: Brasiliense; Secretaria da Cultura; CONDEPHAAT, 1989. P. 59-78.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Cidades e Estados. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Consultado em: 16 julho 2020.

JARDIM ZOOBOTÂNICO DA AMAZÔNIA. Quem Somos? (2020, Fevereiro 03). Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/semma/bosque/>.

LIMA, Diana F. C.; COSTA, Igor F. R. Ciência da informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos: subsídio à linguagem documentária. In: **Encontro nacional de ensino e pesquisa da informação** – CIFORM, 7., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto de Ciência da Informação, Escola Politécnica–UFBA. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18051/1/ANAIS%20DO%20XII%20CIFORM%20ANO%202015.pdf>.

LOWENTHAL, D. (1998). Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História**, n. 17, pp. 63-201.

MAIRESSE, François. *Le musée inclusif et la muséologie mondialisée*. In: SCHEINER, T. et. al. (Eds.). **Termos e Conceitos da museologia**: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Documentos do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM. Rio de Janeiro: ICOFOM LAM; UNIRIO; MAST, 2012, p. 18-52.

MIGNOLO, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, pp. 287-324. Disponível em [www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf). Consultado em: fevereiro 2019.

IBRAM. Museus em números - 2011. Disponível em [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus\\_em\\_Numeros\\_Volume\\_2A.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/Museus_em_Numeros_Volume_2A.pdf). Consultado em: 16 julho 2020.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, 21, 1993, p. 07-28.

O MUNICÍPIO DE BELÉM. Relatório Municipal apresentado pelo Intendente Antônio Lemos 1897-1902. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1903.

PÉTONNET, Colette. *L'Obsevation Flottante. L'exemple d'un cimetière parisien*. *L'Homme*, 22 (4), pp. 37-47, 1982. (*Études D'Anthopologie Urbaine*).

SANJAD, Nelson. **A Coruja de minerva**. O museu paraense entre o Império e a República (1866-1907). Tese. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002, 2ª. ed.

SCHEINER, Teresa. Definição de Público. **Caderno de Textos, Disciplina Museografia III**. Planejamento de Exposições. Rio de Janeiro: UNIRIO/CCH/Escola de Museologia, 1996, p. 1-2.

SCHEINER, Teresa. Patrimônio, museologia e sociedades em transformação: reflexões sobre o museu inclusivo. In: Documentos de trabajo seleccionados para el **II Seminário de Investigación em Museología de los países de lengua portuguesa y espanola** realizado em Buenos Aires, Argentina - conjuntamente com la Facultad de Letras de la Universidad de Oporto, Portugal del 27 al 29 de septiembre de 2010. Publicação: ICOM/ICOFOM, Buenos Aires, Argentina, 2011, p. 28-40.

SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA DO PARÁ (Ed.). (2006). *Feliz Lusitânia: Forte do Presépio, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Série Restauro, v. 4. Belém: SECULT.

SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA DO PARÁ (Ed.). (2005). *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra*. Série Restauro, v. 3. Belém: SECULT.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade [1917]**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

SOARES, Bruno C. B. (2020, julho 18). Museologia Experimental [Entrada de blog]. Disponível em <https://historiadamuseologia.blog/conceitos/museologia-experimental/>.

SOARES, Roberto de La Rocque. **Vivendas Rurais do Pará: Rocinhas e outras (Do século XIX ao XX)**. Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.